

ENSINO MÉDIO: DECIFRA-ME OU TE DEVORO¹

*Candido Alberto Gomes**
*Clélia de Freitas Capanema***
*Helder Bueno Leal****
*Jacira Câmara*****

Resumo

A análise de dados oficiais revela declínio das matrículas no Ensino Médio. Grande parte dos alunos desiste do Ensino Fundamental, outros o terminam com atraso, enquanto um grupo não quer continuar os estudos, provavelmente pela pouca atratividade da escola. A natalidade não aparece como significativo obstáculo a continuar os estudos. A elevação das exigências educacionais do trabalho pode contribuir para manter os alunos na escola, pois muitos o buscam, mas só uma fração o obtém. A crise histórica de identidade do Ensino Médio modelou uma esfinge a ser decifrada.

Palavras-chave: Ensino Médio; Educação Profissional; Educação de Jovens; Educação de Adultos; Demografia; Juventude.

INTRODUÇÃO

A expansão das matrículas para a educação profissional no Brasil suscita indagações a respeito do Ensino Médio, seja ele concomitante, integrado ou anterior a essa modalidade. Como se elevam os requisitos de escolaridade para o trabalho, em particular o nível médio completo para numerosas ocupações, profissionalizar significa contar com as condições correspondentes de educação básica. Parecendo refletir (e, ao mesmo tempo, contribuir para) a elevação das exigências de escolaridade para o trabalho, até 2016, o Ensino Médio se tornará obrigatório e gratuito no Brasil, como parte da educação básica, compulsória dos quatro aos 17 anos de idade. Poucos são os países que estabeleceram os mesmos limites brasileiros. Argentina, Austrália, Israel, Nova Zelândia e Reino Unido co-

meçam a obrigatoriedade aos cinco anos e a Venezuela, aos três, sendo mais frequente, no mundo, seis anos. Quanto ao limite final, Azerbaijão, Estados Unidos e Holanda estatuíram os 17 anos e Bélgica e Uzbequistão, 18, ao passo que a maioria dos Estados-membros da Unesco permanece nos 16 (UNESCO, 2010).² No caso do Brasil, essa progressiva obrigatoriedade se aplica às crianças e aos jovens, bem como ao Estado, já que a Constituição Federal, no artigo 218, inciso I, declara educação compulsória como direito público subjetivo (BRASIL, 2010).³ A Carta vigente inovou, não definindo a educação como direito programático que o Estado assegurava se pudesse e quisesse, mas como direito público subjetivo, atendendo, desse modo, às sucessivas críticas de Pontes de Miranda (1972).⁴ Pela nova condição, o Estado é obrigado a garantir vagas, podendo ser acionado pelos cidadãos caso não o faça.

Entretanto, cabe analisar possíveis fatores suscetíveis de afetar o cumprimento da compulsoriedade do Ensino Médio, destinado a atender a uma faixa de jovens com relativo protagonismo em face das suas vidas: que oferece esse nível de ensino, em relação ao qual se evidenciam o abandono pelo aluno e a falta de atração para permanecer ou retornar à escola (NERI, 2009)?⁵ Que é necessário para modificar esse quadro e em que direções?

DA ELITE À MASSA

Descrevendo de modo sumário a caminhada histórica do Ensino Médio no mundo ocidental, cabe rememorar que ele era

* Ph.D. pela University of California, Los Angeles (1983); coordenador da Cátedra Unesco de Juventude, Educação e Sociedade da Universidade Católica de Brasília; professor titular do Programa de Mestrado e Doutorado da mesma Universidade. E-mail: algomes@terra.com.br

** Ph.D. pela University of Southern California (1978); pós-doutorado pelo University of London Institute of Education (1985-1986, 1997); professora titular fundadora da Universidade Católica de Brasília; docente do Programa de Mestrado e Doutorado da mesma Universidade. E-mail: cleliac@ucb.br

*** Mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília (2004); professor assistente da mesma Universidade; diretor do Colégio Marista de Brasília. E-mail: helderleal@ucb.br

**** Ph.D. pelo George Peabody College for Teachers, Vanderbilt University (1975); pós-doutorado pelo University of London Institute of Education (1985-1986); professora titular fundadora da Universidade Católica de Brasília; docente do Programa de Mestrado e Doutorado da mesma Universidade; ex-diretora do referido Programa. E-mail: jacira@ucb.br

destinado a formar a elite. Não é difícil imaginar os meninos de sobrecasaca preta nos colégios brasileiros, miniaturas de adultos, movendo-se em miniaturas da sociedade colonial e imperial, conforme retratado pelo *O ateneu* (POMPEIA, 1888).⁶ Como em outros países, prevaleceu depois no Brasil a divisão entre as “escolas para os nossos filhos e para os filhos dos outros” (TEIXEIRA, 1976⁷; GOMES et al., 2000⁸).

Após o curto tronco da escola primária, abriam-se dois grandes ramos, sem passarelas entre si: o ensino propedêutico, supostamente para continuar os estudos em nível superior, e a educação profissional. O pós-guerra no Ocidente abriu amplos horizontes. O alongamento da escolaridade compulsória nos países desenvolvidos primeiro se fez por intermédio da extensão do tronco da escola primária à escola secundária inferior. Como fator e consequência, a escola compreensiva dos Estados Unidos se difundiu pelo mundo. Embora difícil de transplantar, reuniu sob o mesmo teto os diversos ramos da escola secundária, com um sistema de escolha de disciplinas “*pick’n save*”, similar a um supermercado. Ao mesmo tempo, a obrigatoriedade escolar nos países industriais se elevou até em torno dos 16 anos de idade.

Os Estados Unidos, que viveram certas mudanças antes de outras nações, tinham no ano letivo de 1899-1900 apenas 59 mil matriculados na educação secundária superior (do nono ao 12º ano). Esse número se multiplicou por quase 13 em 1939-1940; depois, nos anos dourados de 1959-1960, por 16, e por 414 em 2005-2006. Os alunos da escola básica, isto é, do jardim de infância ao 12º ano, já representavam 71,9% da população de cinco a 17 anos de idade, na virada do século XIX para o XX. Nesses mesmos anos, esse percentual passou, respectivamente, a 84,4%, 83,1% e 92,4%, ou seja, quase a cobertura total (U.S., 2010).⁹ O pós-guerra, nos Estados Unidos como em outros países, promoveu a extinção do trabalho infantil, para que todos ficassem em escola de tempo integral, contribuindo, assim, para manter ou incrementar o emprego dos adultos. Desse modo, a adolescência se estruturou histórico-socialmente: como um espelho, que reflete e devolve a luz, a escola abrigava e ao mesmo tempo gerava essa nova idade (SAVAGE, 2009).¹⁰ Com o tempo de convivência cada vez maior entre os adolescentes, a socialização horizontal (intrageneracional) se tornou tão ou mais importante que a socialização vertical (intergeracional), formando-se, com isso, uma sociedade própria (COLEMAN, 1963¹¹; GOMES, 2005¹²), sob a égide da economia de consumo e da cultura de massa. Pautada pela busca de identidade e protagonismo, com os seus critérios próprios de prestígio e estratificação sociais, a sociedade adolescente criou suas próprias subculturas (GALLAND, 1997¹³, 2001¹⁴; WOOD, 2006¹⁵). Com o halo da modernidade, esses padrões se mundializam cada vez

mais, ajustando-se e sendo reinterpretados em diferentes meios sociais, de modo que certas características da adolescência e da juventude hoje podem ser consideradas transnacionais. Não por acaso, desde o início do século XX, filósofos e educadores alertavam para as mudanças indispensáveis rumo à subjetividade, para o uso dos métodos ativos e para a redefinição dos papéis da escola, do professor e do aluno.

Em especial no Ocidente, prolonga-se a escolaridade e adia-se o ingresso no trabalho e na idade adulta. A adolescência, começando cada vez mais cedo, tornou-se o primeiro vestibulo de “espera” da idade adulta, sucedido pelos da pós-adolescência e da juventude (GALLAND, 2001¹⁶; GOMES, 2010¹⁷). Só então se pode chegar à plena maturidade, tantas vezes temida pelos seus sujeitos. Permeando tais processos, pulsam as transformações tecnológicas e econômicas da globalização, em grande parte geradoras do desemprego juvenil, bem como da inflação de credenciais educacionais (DORE, 1976¹⁸; COLLINS, 1979¹⁹; DURU-BELLAT, 2006²⁰; GOMES, 2005²¹). Em outras palavras, quanto mais longa a escolaridade, mais se requerem diplomas, que, por sua vez, tendem a traduzir-se em menores conquistas ocupacionais e de renda, com perspectiva de mobilidade intergeracional descendente (PEUGNY, 2009²²), isto é, de os filhos não conseguirem atingir o *status* socioeconômico dos pais.

O Brasil, no pós-guerra, transformou a escola secundária de elite em elevador social urbano. Revestida do prestígio da educação acadêmica, mesmo que os seus concluintes não penetrassem na educação superior, ela conduzia às ocupações não manuais, de certo modo antecipando a falácia da educação profissionalizante, do modo inadequado como foi implantada em Gana (FOSTER, 1978²³). Diante da dualidade entre as escolas “para os nossos filhos e os dos outros”, em 1971 ampliou-se a escolarização obrigatória para oito anos e se estatuiu a profissionalização para todos no Ensino Médio. Como o texto legal não encarnou na realidade, confirmando a referida falácia da educação profissionalizante, tal como implantada à época, voltou-se ao dualismo em 1982 e, em 1996, fez-se crescer o tronco da educação geral até ao fim do Ensino Médio, estendendo pontes e passarelas para a educação profissional (GOMES, 2005²⁴). Como a estratificação social continua a distinguir os nossos filhos e os dos outros, as fronteiras se tornam mais sutis. Com a relativa clivagem entre escolas públicas e particulares, os currículos do Ensino Médio se tornam cada vez mais enciclopédicos, como uma cômoda cheia de gavetas isoladas, e se mantêm propedêuticos para os herdeiros do capital cultural e social, enquanto, para os filhos

Não por acaso, desde o início do século XX, filósofos e educadores alertavam para as mudanças indispensáveis rumo à subjetividade, para o uso dos métodos ativos e para a redefinição dos papéis da escola, do professor e do aluno.

dos outros, constituem simulacro de preparatório para a educação superior. Nesse movimento centrífugo, o Ensino Médio formativo permanece uma utopia. Por seu lado, a educação profissional é incentivada como antídoto ao desemprego juvenil. Ainda que válida e meritória, tem seus limites: população mais escolarizada não gera mais empregos na estrutura ocupacional. Esta e a escola, com soberanias diferentes, são reinos com dificuldade de sintonizar-se. Como na expansão dos meios de pagamento, emitir mais moeda ou, no caso, mais diplomas tende a desembocar na inflação.

ENSINO MÉDIO: NECESSÁRIO OU DISPENSÁVEL?

Nesse obscuro labirinto, como se situa o Ensino Médio? Além da corrida às credenciais, incentivada pela economia e pela sociedade, existe agora, por mandamento constitucional, a obrigatoriedade progressiva. No entanto, é significativo o funil no fim do Ensino Fundamental para o Médio. Embora tenha havido na última década grande aumento do número de concluintes do Ensino Fundamental regular, Golgher (2010)²⁵ estimou, com base na Pnad 2007, que cerca de 75% dos jovens completavam esse nível educacional. Desses 75%, cerca de 12% não continuavam os estudos no Ensino Médio regular, enquanto as perdas ao longo deste último representavam cerca de 10% dos efetivos discentes. Desse modo, a evasão era maior *antes* do Ensino Médio. Por sua vez, Neri et al. (2009),²⁶ utilizando também a Pnad 2007 para estudar o grupo dos 15 aos 17 anos, constataram que, apesar do elevado retorno econômico da educação, 17,8% dos jovens se encontravam fora da escola, em particular do Ensino Médio. Entre os motivos declarados avultava a falta de interesse (40,3% dos “evasores”), seguida pelas demandas de renda e trabalho (27,1%), outros motivos (21,7%) e falta de escola (10,9%). O desinteresse era o motivo mais forte, embora o percentual fosse pouco menor para a faixa de sete a 14 anos de idade: 35%.

Sabe-se que o aborrecimento do jovem na escola (NIZET; HIERNAUX, 1984²⁷) é um dos fatores expulsórios, ao qual se pode acrescentar parte dos que alegam a necessidade de trabalhar, motivo “virtuoso” para justificar o afastamento da escola (cf. GOUVEIA, 1983²⁸). A categoria residual “outros

motivos” alcançava percentual idêntico na população de sete a 14 anos, isto é, 21%. Cumpre indagar se o declínio das matrículas no Ensino Médio, em seguida à rápida expansão nos anos 1990, está relacionado a esse desinteresse dos jovens. Corbucci (2009)²⁹ concluiu que as possíveis explicações desse declínio, ao menos para 2000-2006, eram a diminuição do número absoluto de concluintes do Ensino Fundamental regular, a menor distorção idade-série no Ensino Médio e o aumento das matrículas do Ensino Médio na modalidade de educação de jovens e adultos. Todavia, conforme revelou o suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (Pnad) de 2007 (BRASIL, 2009),³⁰ a cobertura da EJA (educação de jovens e adultos) era muito modesta: 92,3% da população de 15 anos de idade e mais nunca a haviam frequentado, ao passo que apenas 7,7% a frequentavam ou haviam frequentado antes da coleta de dados. Desses 7,7%, quase a metade, 46,1%, estava ou esteve no Ensino Médio. Assim, falta à EJA ampliar sua missão como educação de segunda oportunidade.

Em 2007, o Ministério da Educação aperfeiçoou o Censo por meio do acompanhamento dos alunos no fluxo escolar, passando os números de alunos e de matrículas. Essa análise, porém, focalizará as últimas – matrículas –, tendo em vista a pequena diferença entre os números de alunos e de matrículas. De fato, em 2008, as matrículas no Ensino Médio superavam o total de alunos por apenas 1,14%, ou, em números absolutos, cerca de 94 mil em todo o país. Com base nessas estatísticas, a Tabela 1 indica que, após acelerado incremento, em especial nos anos 1990, o maior número de matriculados ocorreu em 2004, contraíndo-se a partir de então, salvo pequenas variações anuais, em todas as regiões do país. As disparidades das regiões se manifestam com as usuais vantagens para o Sudeste e o Sul.

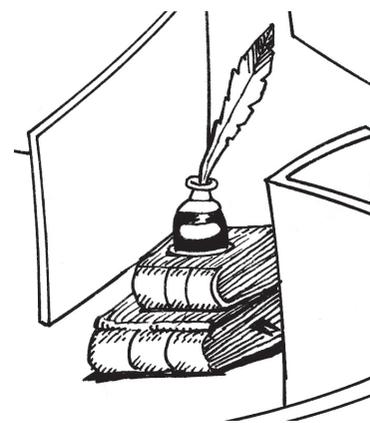


Tabela 1 – Brasil e regiões: matrículas totais no Ensino Médio regular – 1994-2009

	1994	1995	1996	1997	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	4.932.552	5.374.831	5.739.077	6.405.057	8.192.948	8.398.008	8.710.584	9.072.942	9.169.357	9.031.302	8.906.820	8.369.369	8.366.100	8.281.058
Norte	320.022	344.198	371.454	435.160	571.594	621.095	663.943	706.843	726.537	739.565	755.773	730.499	714.883	661.438
Nordeste	1.050.660	1.144.344	1.202.573	1.353.691	1.923.582	2.114.290	2.312.566	2.515.854	2.606.661	2.669.335	2.692.512	2.526.311	2.537.615	2.509.208
Sudeste	2.447.712	2.679.174	3.768.832	3.140.823	3.914.741	3.874.218	3.890.002	3.970.810	3.940.359	3.767.400	3.597.691	3.353.266	3.375.414	3.437.143
Sul	762.547	829.242	937.937	1.018.324	1.206.688	1.201.306	1.220.301	1.250.037	1.248.473	1.221.253	1.213.531	1.147.062	1.143.534	1.131.769
Centro-Oeste	351.611	377.873	412.087	457.059	576.343	587.099	623.772	629.398	647.327	633.749	647.313	612.231	594.654	576.182

Fonte: Censos Escolares, Inep/MEC.

Observação: O Censo de 2010 (versão preliminar) indica 8.357.675 matrículas, com leve aumento em relação ao ano anterior, porém menor que 2008.

Ajustando as lentes para captar outros ângulos, verifica-se que aumentou a eficiência e diminuiu a distorção idade-série no Ensino Médio regular: o grupo maior de 17 anos, em 2000, constituía 55,6% do total das matrículas, passando a 35,7%

em 2008, o que reflete, também, o ajustamento do fluxo de efetivos discentes no Ensino Fundamental regular (Tabela 2). Novamente se verificam os valores mais favoráveis no Sudeste e no Sul.

Tabela 2 – Brasil e regiões: matrículas totais e matrículas de alunos com mais de 17 anos de idade no Ensino Médio regular – 2000 e 2006-2008

	Matrícula Total	Mais de 17 anos	%	Matrícula Total	Mais de 17 anos	%	Matrícula Total	Mais de 17 anos	%	Matrícula Total	Mais de 17 anos	%
	2000			2006			2007			2008		
Brasil e Regiões												
BRASIL	8.192.948	4.561.998	55,6%	8.906.820	4.093.549	46,0%	8.264.816	3.643.528	44,1%	8.272.159	2.956.670	35,7%
Norte	571.594	409.234	71,6%	755.773	467.933	61,9%	706.654	418.749	59,3%	704.776	311.086	44,1%
Nordeste	1.923.582	1.342.506	69,8%	2.692.512	1.656.190	61,5%	2.486.394	1.488.350	59,9%	2.488.341	1.037.599	41,7%
Sudeste	3.914.741	1.981.899	50,6%	3.597.691	1.329.860	37,0%	3.329.543	1.157.545	34,8%	3.352.136	1.080.162	32,2%
Sul	1.206.688	499.649	41,4%	1.213.531	366.990	30,2%	1.139.259	337.074	29,6%	1.137.652	320.256	28,2%
C-Oeste	576.343	328.710	57,0%	647.313	272.576	42,1%	602.966	241.810	40,1%	589.254	207.567	35,2%

Fonte: Censos Escolares, Inep/MEC.

Ao adicionar as matrículas no Ensino Médio regular e na EJA, a Tabela 3 mostra a redução das duas modalidades, de tal modo que o declínio atinge esse nível educacional como um todo a partir de 2007. No caso da EJA, a diminuição é mais pronunciada que no ensino regular, sugerindo que os

adolescentes concluintes do Ensino Fundamental tendem a prosseguir os seus estudos, mais provavelmente no período diurno. Por seu lado, menos jovens e adultos tendem a matricular-se na modalidade que, em princípio, é para eles desenhada.

Tabela 3 – Brasil: matrículas totais no Ensino Médio segundo a modalidade – 2004-2010

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Ensino Médio Regular	9.169.357	9.031.302	8.906.820	8.369.369	8.366.100	8.337.160	8.357.675
Ensino Médio EJA	1.709.053	1.717.592	1.750.662	2.268.297	1.635.245	1.547.275	1.388.852
Total Ensino Médio	10.878.410	10.748.894	10.657.482	10.637.666	10.001.345	9.884.435	9.746.527

Fonte: Censos Escolares, Inep/MEC.

Por sua vez, desagregando as matrículas do Ensino Médio regular por turno, verifica-se que, no matutino e vespertino somados, o crescimento, acelerado até 2003, diminuiu o ritmo, mantendo leve incremento até o último ano observado (Tabela 4). Enquanto isso, as matrículas do período noturno alcançaram o pico em 2001 e declinaram lentamente daí em diante. A Tabela 5 patenteia tal comportamento, com a diferença de que o apogeu de matrículas ocorreu primeiro nas regiões Sudeste (2003), Sul e Centro-Oeste (2002). Nas regiões de menor desenvolvimento

relativo, elas começaram a descer a ladeira um pouco mais tarde, possivelmente depois de atender à procura não atendida, isto é, respectivamente, em 2004 e 2005 no Norte e no Nordeste. Por seu lado, as matrículas no período diurno continuaram a crescer lentamente nas regiões Norte e Nordeste, ao passo que nas demais a queda começou mais tarde: no Sudeste, a partir de 2004; no Sul e no Centro-Oeste, a partir de 2006. Sendo bem maior o contingente de matrículas das três últimas, seu impacto leva o total nacional à queda.

Tabela 4 – Brasil e regiões: matrículas do Ensino Médio regular por turno – 1997-2000

	1997	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Brasil											
Diurno	2.824.455	3.533.566	3.819.585	4.093.373	4.455.350	4.813.625	5.032.919	5.046.776	5.090.310	4.917.279	5.096.097
Noturno	3.580.602	4.235.633	4.373.363	4.304.635	4.255.234	4.259.317	4.136.438	3.984.526	3.816.510	3.452.090	3.270.003
Norte											
Diurno	177.432	208.695	231.691	262.997	293.664	322.520	341.982	361.297	388.243	400.482	410.370
Noturno	257.728	319.059	339.903	358.098	370.279	384.323	384.555	378.268	367.530	330.017	304.513

Nordeste											
Diurno	627.236	817.435	903.760	1.001.617	1.130.627	1.258.532	1.370.558	1.406.304	1.446.798	1.398.604	1.469.690
Noturno	726.455	915.134	1.019.822	1.112.673	1.181.939	1.257.322	1.236.103	1.263.031	1.245.714	1.127.707	1.067.925
Sudeste											
Diurno	1.315.219	1.660.759	1.787.235	1.892.753	2.029.829	2.181.667	2.221.887	2.168.482	2.113.284	2.012.782	2.091.369
Noturno	1.825.604	2.094.959	2.127.506	1.981.465	1.860.173	1.789.143	1.718.472	1.598.918	1.484.407	1.340.484	1.284.045
Sul											
Diurno	501.452	587.805	613.492	633.725	671.957	707.884	732.770	738.938	749.001	722.818	740.000
Noturno	516.872	617.817	593.196	TABELA	548.344	542.153	515.703	482.315	464.530	424.244	403.534
Centro-Oeste											
Diurno	203.116	258.872	283.407	302.281	329.273	343.022	365.722	371.755	392.984	382.593	384.668
Noturno	253.943	288.664	292.936	284.818	294.499	286.376	281.605	261.994	254.329	229.638	209.986

Fonte: Censos Escolares, Inep/MEC.

Para melhor compreensão dos fatos, cabem algumas indagações. Afinal, que faz e onde se encontra a faixa de 15 a 17 anos de idade? Se estiver na escola, apresenta alto grau de atraso? Se não estiver, que faz? Ademais, estaria encolhendo o contingente de jovens que se atrasaram na escola e, trabalhando ou não, precisavam estudar à noite? Estaria diminuindo em número a coorte de 15-17 anos de idade?

O Quadro 1 evidencia que, em 2007, os alunos matriculados no Ensino Médio não chegavam a constituir a metade da faixa etária de 15-17 anos. Esse percentual aumentou, já que tem aumentado a regularização do fluxo de discentes, quanto ao ajustamento idade-série. O atraso ainda leva uma parte substancial dos alunos a concluir o Ensino Fundamental em uma idade

em que o custo de oportunidade (custo de estar na escola em vez de efetuar outras atividades, como o trabalho remunerado) tende a ser mais elevado, desestimulando a frequência escolar, ainda mais a uma escola média para eles pouco atrativa. Com efeito, em 2009, a média de anos de estudo da população de 15 anos de idade era de 6,6, isto é, Ensino Fundamental incompleto. O grupo de 16 anos, revelando o atraso crescente, alcançava 7,4 anos, e o de 17 anos, 8,1, ou seja, pouco além do Ensino Fundamental completo de oito séries anuais. Se a distorção idade-série fosse nula, a coorte de 17 anos teria 11 séries completas, por ter iniciado o Ensino Fundamental de oito séries aos sete anos de idade, antes da mudança legal que elevou esse nível para nove anos (BRASIL, 2010).³¹

Quadro 1 – Brasil: perfil de atividades do grupo etário de 15-17 anos – 2009 (em milhares)

Total:	10.390	100,00%
Estudantes	8.860	85,30%
Dos quais na rede pública	7.788	87,90%
Não estudantes	1.530	14,70%
Total		100,00%
Economicamente ativos	3.744	36,00%
Ocupados	1.258	12,10%
Procurando trabalho	2.486	23,90%
Não economicamente ativos	6.655	64,00%
Total		100,00%
Mulheres com filhos nascidos vivos	283	2,7% (ou 5,5% das mulheres)

Fonte dos dados originais: Pnad 2009.

O Quadro 1 patenteia, ainda, a notável persistência dos jovens no estudo. Considerando que o grupo etário de 15-17 anos totalizava 10,4 milhões de pessoas, os estudantes representavam 85,3%. Estes se concentravam nas redes públicas: 87,9%, o maior percentual dentre as diversas faixas etárias, o que reflete não só a presença de muitos alunos ainda no Ensino Fundamental, como também a expansão do Ensino Médio público. Se os estudantes correspondiam a 85,3% do grupo de idade, a população não economicamente ativa era inferior, da ordem de 64,0%. Isso

revela o interesse de muitos no sentido de trabalhar. Assim, a população economicamente ativa era de 36,0% do grupo (considere-se que a idade constitucional mínima para admissão ao trabalho é de 16 anos). Indicando as dificuldades de obter trabalho nessa idade, em especial com modesta escolaridade, 12,1% estavam ocupados, enquanto cerca do dobro procurava trabalho (23,9%). Os obstáculos podem estar ligados à escalada de exigências de escolaridade pelos empregadores, como o piso de Ensino Médio completo. As jovens com filhos nascidos vivos

eram escassa minoria, de modo que a natalidade não avultava como obstáculo à escolarização. Cumpre assinalar que as mães muito jovens tendem a concentrar-se na população que não trabalha nem estuda. Desse modo, a atividade predominante da classe etária em foco é o estudo. Ela manifesta o desejo de trabalhar, porém o trabalho é difícil de obter.

Outra visão sobre o grupo etário de 15-17 anos aparece na Tabela 5. Embora comparando dados heterogêneos, a Pnad e o Censo Escolar, este último desde o seu início em 2007, apontam que a cada ano têm aumentado o número de alunos e o seu percentual sobre o total da população residente. Em ritmo lento, mas contínuo, em 2009 o número de alunos da educação básica, nas modalidades regular e EJA, incluindo a educação profissional, correspondia a 87,9% da população residente. Em outras palavras, grande parte da coorte está na escola, variando de 95,9%, no Sudeste, a 81,7%, no Nordeste. Entretanto, mais de um terço do número de alunos

do país ainda se encontrava no Ensino Fundamental regular, ao passo que 56,7% se situavam no Ensino Médio regular. O total da EJA foi de 6,4% e o da educação profissional, 1,2%. O perfil é insatisfatório, mas os dados do triênio evidenciam a correção crescente da distorção idade-série, de modo que o Ensino Médio regular abrigava 51,6% do total de alunos em 2007, crescendo para 56,7% dois anos depois. A EJA tem pequena expressão, variando de 6,9% a 6,4% do total nacional. No caso da EJA-Ensino Médio, recordemos que o limite mínimo legal para a conclusão é de 18 anos, ao passo que, para o Ensino Fundamental, é de 15 anos de idade. A educação profissional oscila de 0,9% a 1,2% no Brasil, alcançando valores mais altos no Sudeste e no Sul. Estas superam as três outras regiões, de menor desenvolvimento relativo. Além do nível mais elevado de escolarizados, é nas duas primeiras regiões que provavelmente são maiores as exigências técnicas, econômicas e educacionais para o trabalho.

Tabela 5 – Brasil, grupo etário de 15-17 anos, população residente e número de alunos por nível e modalidade educacionais (em milhares), 2007-2009

Brasil e Região	População 15-17 Anos	Alunos/ Total	Alunos/ População %	Número de alunos de 15-17 anos de idade					
				Ensino Fundamental Regular	Ensino Médio Regular	Ensino Fundamental EJA	Ensino Médio EJA	EJA Integrado com Educação Profissional	Educação Profissional
2007									
Brasil	10.178	8.805	86,5	3.578	4.539	606*		0	82
% por nível e modalidade		100,0	–	40,6	51,6	6,9		0,0	0,9
Norte	960	793	82,6	427	280	86*		0	0
Nordeste	3.166	2.604	82,2	1.380	965	255*		0	4
Sudeste	3.896	3.543	90,9	1.155	2.161	166*		0	61
Sul	1.408	1.232	87,5	373	782	62*		0	15
Centro-Oeste	749	631	84,2	243	350	36*		0	2
2008									
Brasil	10.290	9.001	87,5	3.057	5.222	549	59	0	114
% por nível e modalidade		100,0		34,0	58,0	6,1	0,7	0,0	1,2
Norte	987	774	78,4	313	384	68	7	0	2
Nordeste	3.165	2.650	83,7	992	1.408	218	28	0	4
Sudeste	3.952	3.680	93,1	1.144	2.260	168	17	0	91
Sul	1.429	1.250	87,5	376	799	58	2	0	15
Centro-Oeste	756	645	85,3	232	370	36	5	0	2
2009									
Brasil	10.399	9.136	87,9	3.264	5.176	542	50	0	104
% por nível e modalidade		100,0		35,7	56,7	5,9	0,5	0,0	1,2
Norte	965	807	83,6	366	361	73	6	0,0	1
Nordeste	3.274	2.674	81,7	1.131	1.295	216	26	0	6
Sudeste	3.874	3.716	95,9	1.140	2.319	164	14	0	79
Sul	1.502	1.276	85,0	395	810	54	1	0	16
Centro-Oeste	784	664	84,7	231	391	36	4	0	2

Fontes dos dados originais: População residente – Pnad 2007-2009; número de alunos – Educacenso 2007-2009.

Observações: Zero significa menos de mil alunos. Em face do arredondamento, a soma das regiões pode não ser igual ao total nacional. Excluídos os alunos de educação especial, pelo seu número reduzido em termos relativos. O Educacenso 2007 informou o total de alunos em EJA, sem desagregá-los em Ensino Fundamental e Médio. Os Educacensos, em 2007-2009, informaram os números de alunos e de matrículas, ao contrário do Censo Escolar de 2010, versão preliminar.

Nessa curta série histórica, registra-se, também, o aumento anual do número de alunos, mais veloz que a população residente. Assim, na corrida entre o crescimento populacional e a escolarização, esta última vai ganhando, embora a passo não de lebre, mas de tartaruga. Esse ritmo é condicionado pela correção de fluxo no Ensino Fundamental, uma vez que o Ensino Médio é a foz da educação básica. Segundo Rios-Neto et al. (2010),³² tais perdas são mais altas *antes* e *depois* do Ensino Médio regular, isto é, no Ensino Fundamental, ainda o maior funil seletivo, e na estreita ponte para a educação superior. Ainda assim, o Ensino Médio sofre o abandono e a reprovação somados de cerca de um quinto das matrículas. Destaque-se que há uma inversão em face do nível fundamental: neste predomina a reprovação, enquanto no médio, em que os alunos têm mais idade e maior protagonismo, o abandono supera, como uma espécie de reprovação branca, pela qual o aluno minimiza o fracasso escolar antes que se formalize, ao fim do ano, a situação de reprovado, anotada no histórico escolar (GOMES et al., 2000³³).

Aos poucos chegará o tempo de toda a coorte de 15-17 anos estar escolarizada, com a relação idade-série. Mas, quando? Ampliar o acesso tem sido a tônica da história da educação brasileira, que come o mingau quente pelas bordas. Somos um sucesso na ampliação de vagas, porém, precisamos chegar à parte mais quente do mingau. Se o Ensino Médio for mais útil e atrativo, suas perdas diminuirão, indicando que é melhor associar quantidade e qualidade, em vez de buscar a última só depois da primeira. A tarefa é urgente, pois o perfil demográfico em breve exigirá a diminuição de vagas, a multiplicação da qualidade e a divisão equitativa na educação básica.

Então, que grupos socioeconômicos aparecem em desvantagem no acesso, frequência, continuidade dos estudos e duração média total da jornada escolar? O trabalho de Neri et al. (2009)³⁴

**Ampliar o acesso tem sido
a tônica da história da educação
brasileira, que come o mingau quente
pelas bordas. Somos um sucesso
na ampliação de vagas, porém,
precisamos chegar à parte
mais quente do mingau.**

verifica que, independente do nível educacional e série frequentados, os grupos abaixo da média nacional se compunham dos rapazes (talvez pelo maior custo de oportunidade e pelas dificuldades com as rotinas escolares³⁵); dos residentes em área rural; da população de menor renda; dos que migraram; e dos não brancos, quer dizer, os desfavorecidos de sempre.

DIMINUI A POPULAÇÃO JOVEM?

Se as matrículas caem, um fator seria o encolhimento da população jovem? As previsões para muitos países, como o Brasil, a China e a Índia, e até mesmo para a África

Subsaariana são de envelhecimento populacional, com maior longevidade e, simultaneamente, menores fecundidade e natalidade, o que obriga desde já a pensar em políticas públicas (UNITED NATIONS, 2008).³⁶ A Tabela 6 coteja dois conjuntos de dados e permite verificar que as divergências entre ambos são pequenas. Seus resultados confirmam que, embora a população total no Brasil tenha crescido entre 2001 e 2009, a tendência é de diminuição. As faixas mais avançadas da juventude, isto é, de 20-29 anos, ainda aumentam; todavia, o número de crianças e adolescentes tende a diminuir. Mais ainda, os percentuais de variação por faixa etária tendem a ser maiores no período de 2005-2009 que em 2001-2009, sugerindo a aceleração do decréscimo populacional das faixas mais jovens. Apesar de exceções, verifica-se a tendência de as coortes serem cada vez menores, o que modifica dramaticamente a paisagem brasileira. Desagregando por região, constatam-se numerosos sinais negativos nas últimas duas colunas. A região Norte é uma exceção no período como um todo, mas as variações entre 2005-2009 são quase todas negativas. O Sudeste e o Sul apresentam maior diminuição de crianças e jovens, pela sua menor taxa de natalidade. No total da população, espelhando migrações internas, a região Nordeste é a que mais perde população, e a Centro-Oeste e a Norte, as que mais ganham.

Tabela 6 – Brasil e regiões. População residente por grupos etários (em mil pessoas), participação percentual dos grupos etários sobre a população residente total e variação percentual – 2001, 2005 e 2009

Brasil e Região	Grupos de Idade (em Anos)	2001		2005		2009		Variação Percentual 2001-2009	Variação Percentual 2005-2009
		N ^o	%	N ^o	%	N ^o	%		
Brasil	TOTAL	170.683	100,0	183.881	100,0	191.769	100,0	12,2	4,3
	0-4	15.683	9,2	14.625	8,0	13.385	7,0	-14,7	-8,5
	5-9	16.310	9,5	16.969	9,2	15.604	8,1	-4,3	-8,0
	10-14	16.862	9,8	17.168	9,3	17.421	9,1	-7,5	1,5
	15-17	10.408	6,1	10.628	5,8	10.399	5,4	-0,1	-2,2
	18-19	7.180	4,2	7.075	3,9	6.537	3,4	-9,0	-7,6
	20-24	15.978	9,4	17.282	9,4	16.498	8,6	3,3	-4,5
	25-29	13.684	8,0	15.424	8,4	16.473	8,6	20,4	6,8

Tabela 6 – Brasil e regiões. População residente por grupos etários (em mil pessoas), participação percentual dos grupos etários sobre a população residente total e variação percentual – 2001, 2005 e 2009 (cont.)

Brasil e Região	Grupos de Idade (em Anos)	2001		2005		2009		Variação Percentual 2001-2009	Variação Percentual 2005-2009
		N ^o	%	N ^o	%	N ^o	%		
Norte	TOTAL	9.830	100,0	14.573	100,0	15.555	100,0	65,8	6,7
	0-4	1.131	11,5	1.526	10,5	1.472	9,5	30,2	-3,5
	5-9	1.092	11,1	1.747	12,0	1.661	10,7	52,1	-4,9
	10-14	1.081	11,0	1.638	11,2	1.675	10,8	54,9	2,3
	15-17	684	7,0	912	6,3	965	6,2	41,1	8,2
	18-19	475	4,8	602	4,1	580	3,7	22,1	-3,7
	20-24	1.061	10,8	1.457	10,0	1.457	9,4	37,3	0,0
	25-29	839	8,5	1.310	9,0	1.420	9,1	69,2	8,4
Nordeste	TOTAL	49.087	100,0	51.757	100,0	54.020	100,0	10,0	4,4
	0-4	5.057	10,3	4.706	9,1	4.290	7,9	-15,2	-8,8
	5-9	5.338	10,9	5.279	10,2	4.903	9,1	-8,1	-7,1
	10-14	5.492	11,2	5.340	10,3	5.450	10,1	-0,8	2,1
	15-17	3.365	6,9	3.320	6,4	3.274	6,1	-2,7	-1,4
	18-19	2.165	4,4	2.201	4,3	1.915	3,5	-11,5	-13,0
	20-24	4.658	9,5	5.198	10,0	5.028	9,2	7,0	-4,1
	25-29	3.781	7,7	4.340	8,4	4.686	8,7	23,4	8,0
Sudeste	TOTAL	74.226	100,0	77.604	100,0	80.466	100,0	8,4	3,7
	0-4	6.161	8,3	5.408	7,0	4.861	6,0	-21,1	-10,1
	5-9	6.368	8,66	6.432	8,3	5.824	7,2	-8,5	-9,5
	10-14	6.659	9,0	6.517	8,4	6.707	8,3	0,7	2,9
	15-17	4.186	5,6	4.200	5,4	3.874	4,8	-7,5	-7,8
	18-19	3.029	4,1	2.801	3,6	2.640	3,3	-12,8	-5,7
	20-24	6.822	9,2	7.063	9,1	6.640	8,3	-2,7	-6,0
	25-29	5.995	8,1	6.475	8,3	6.816	8,5	13,7	5,3
Sul	TOTAL	25.717	100,0	26.832	100,0	27.776	100,0	8,0	3,5
	0-4	2.172	8,5	1.905	7,1	1.806	6,1	-21,6	-10,7
	5-9	2.311	9,0	2.285	8,5	2.048	7,4	-11,4	-10,4
	10-14	2.390	9,3	2.411	9,0	2.344	8,4	-1,9	-2,8
	15-17	1.449	5,6	1.420	5,3	1.502	5,4	3,7	5,8
	18-19	1.008	3,9	965	3,4	921	3,3	-8,6	-4,6
	20-24	2.228	8,7	2.299	8,6	2.199	7,9	-1,3	-4,3
	25-29	1.983	7,7	2.122	7,9	2.291	8,3	15,5	8,0
Centro-Oeste	TOTAL	12.095	100,0	13.114	100,0	13.978	100,0	15,6	6,6
	0-4	1.162	9,6	1.080	8,2	1.059	7,6	-8,9	-1,9
	5-9	1.202	9,9	1.226	9,4	1.169	8,4	-2,7	-4,6
	10-14	1.204	10,0	1.260	9,6	1.245	8,9	3,4	-1,2
	15-17	724	6,0	776	5,7	784	5,6	8,3	1,0
	18-19	503	4,2	506	3,9	481	3,4	-4,4	-4,9
	20-24	1.209	10,0	1.265	9,7	1.218	8,7	0,7	-3,7
	25-29	1.086	9,0	1.177	9,0	1.260	9,0	16,0	7,1

Fonte: Pnads 2001 a 2009 (BRASIL, 2010). A partir de 2003, inclui a área rural da região Norte.

Portanto, é hora de “colocar as barbas de molho”: no que se refere ao Brasil como um todo, em vez da ampliação do acesso, com a construção de prédios e a formação e contratação de novos professores, o século XXI parece redirecionar os esforços no sentido de concentrar e selecionar recursos, de

modo a aproveitar essa oportunidade histórica com a elevação da qualidade e da democratização educacionais. Contudo, como evidenciam os dados, o país constitui um mosaico de situações diferentes: o que pode se aplicar a algumas peças não se aplicará necessariamente às outras.

Já se anuncia a sociedade em que os idosos participarão em proporções crescentes da população total (cf. GOMES, 2010).³⁷ Essa janela cronológica hoje aberta, em que os recursos podem ser repartidos por menor número de alunos, pode significar a divisão do bolo por número menor de convidados, em fatias maiores, diminuindo o hiato da despesa média/aluno entre o Brasil e os chamados países desenvolvidos. Para isso, contudo, é preciso que o bolo ao menos mantenha o mesmo tamanho. Caso se adiem a qualidade e a democratização, os prejuízos serão ainda maiores que os das tradicionais políticas expansionistas. Como evidenciado, tais políticas expandiram as matrículas à custa do abandono, da evasão e da reprovação em massa. O que foi “economizado” com o adiamento da qualidade foi inferior às perdas causadas pelo fracasso escolar (BEHRMAN; BIRDSALL, 1983).³⁸ Essa janela, o bônus demográfico, já se revela na Tabela 6. Considerado o Brasil como um todo, segundo as Pnads entre 2001 e 2009, a população total continua a aumentar, como resultado das coortes mais avançadas, inclusive o grupo de 25-29 anos. Todavia, o percentual das faixas mais jovens sobre a população total tem diminuído ao longo do período. Ademais, tem recuado o seu número absoluto, inclusive do grupo de 15 a 17 anos, idade recomendada para o Ensino Médio regular, com a tendência de a redução ser maior entre as crianças. Comparando os dois períodos, 2001-2009 e 2005-2009, o percentual de decréscimo tende a ser mais alto no último, sugerindo aceleração da queda da fecundidade e da natalidade (BRASIL, 2011).³⁹

Desagregando-se conforme as regiões, na Norte o crescimento de 2001-2009 arrefece na segunda metade da década, enquanto diminui a população de até 19 anos, com exceção do grupo de 10-14 anos. No Nordeste também diminui o ritmo de crescimento nos últimos anos observados. No Sudeste, Sul e Centro-Oeste, ao passo que a população total ainda aumenta, o oposto ocorre com crianças e adolescentes. O grupo correspondente ao Ensino Médio regular, de 15-17 anos, encolhe no país e nas regiões Nordeste e Sudeste, incrementando-se apenas nas demais regiões.

Tabela 7 – Brasil: projeções da população residente por grupos etários (em mil pessoas), participação percentual dos grupos etários sobre a população residente total e variação percentual – cenários medianos – 2015-2050

Grupo Etário (em Anos)	2015		2020		2030		2040		2050	
	Nº	%								
0-14	46.168	22,8	41.964	20,1	36.919	17,0	10.882	4,9	10.476	4,8
15-24	33.540	16,6	34.212	16,4	28.639	13,2	25.059	11,4	22.967	10,4
15-59	132.543	65,3	137.773	65,9	139.222	64,1	133.744	60,8	122.389	56,0
60 e mais	24.154	11,9	29.315	14,0	41.004	18,9	52.643	23,9	64.025	29,3

Fonte: Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat (UNITED NATIONS, 2008).

FIOS DA MEADA

A obrigatoriedade progressiva da educação até os 17 anos recai não apenas sobre o Poder Público, na qualidade de direito público subjetivo, mas também sobre a população, compelida, em tese, a frequentar a escola. Observa-se que, segundo a investigação (NERI, 2009),⁴¹ apesar da persistência dos estudantes, parte considerável dos jovens não via sentido no Ensino Médio.

As projeções por idade até o meio do século, segundo a Tabela 7, reiteram a fisionomia do Brasil como país de adultos e idosos e adultos, com a população total minguante. Com efeito, só a população de 60 anos de idade e mais aumentará em números absolutos e relativos, mais do que dobrando ao longo do período, em face da extensão da longevidade. O grupo de 15-59 anos se reduzirá, bem como o de crianças e jovens. Se, ao fim da série histórica, os jovens representarão 10,4% da população total, as crianças de até 14 anos corresponderão a apenas 4,8%. Assim, conforme a região, as matrículas do Ensino Médio regular tenderão a comportar-se entre o moderado crescimento e o declínio (ver BRASIL, 2010a).⁴⁰

Embora as mudanças demográficas prenunciem repercussões tanto positivas quanto negativas, fica claro que as taxas de dependência cairão muito: poucos jovens estarão fadados a ocupar o lugar dos adultos e a sustentar um elevado número de idosos. Assim, os quatro decênios a seguir anunciam grandes mudanças em todos os setores. No caso da educação, não é possível tomar decisões corretivas em cima da hora, improvisadamente: cumpre preparar-se para a diminuição progressiva da pressão por vagas, o que se traduz em redução de servidores públicos e readaptação de muitos deles. Como a alocação de recursos públicos à educação, desde o Fundef, se faz pelo número de matrículas, é preciso velar para que o bolo não encolha à medida que diminuir o número de convidados. Sendo progressivamente menor o número de jovens, a sociedade precisará contar com uma forte coluna de apoio: a sua produtividade precisa crescer, com a contribuição da qualidade e democratização educacionais, na medida da sua importância estratégica.

Recusar-se a prever e tomar providências implicaria apoiar o Brasil em pés de barro. Nesse caso, o futuro do país não seria o de “país do futuro”. Ao contrário, o país do presente se encaminharia para ser pior que o país do passado recente, o que faria esfumar-se o perfil de economia emergente, de rápido crescimento, com relevante papel geopolítico.

Se as perdas ainda são maiores no Ensino Fundamental regular, estabelecendo um funil prévio, resultante de fatores extra e intraescolares, nem por isso se pode minimizar o desinteresse de uma parte dos jovens pelo Ensino Médio. Pílula dourada, embora amarga, engolida pelos herdeiros do capital cultural e social, o Ensino Médio ainda é, para eles, ponte efetiva para a educação superior. Em contraste, a Constituição conduz ao Ensino Médio de massa, conforme grande parte do mundo. Para tanto, esse

ensino necessita de profundas mudanças, de modo a persuadir o jovem a continuar os estudos. Protagonismo crescente sugere maior efetividade da atração que da coerção. Até porque não se aprende contra a vontade, só se aprende quando existe o desejo interno de aprender (CHARLOT, 2000).⁴²

O nó górdio do Ensino Médio é a sua busca de identidade, ao que parece ainda não encontrada, o que dificulta quer a gestão educacional, quer a escolar. As políticas secularmente pecam pela falta de unidade, deixando esse nível de ensino de certo modo desvinculado do fundamental e do superior. Tais políticas têm revelado dificuldade de compatibilizar diferentes interesses, além de criarem um hiato entre os textos legais e os contextos da sua aplicação. Com isso, se a questão é persuadir o jovem a continuar os estudos, a escola deve ser atraente, incentivadora, útil. Não a atratividade de um parque de diversões ou de um *shopping*, mas a atração da relevância e da pertinência. Como o homem pensa, sente e age, coerentemente os currículos precisam considerar a pluralidade dos conhecimentos, promover as capacidades de pensar, sentir, compreender e atuar, articulando trabalho, ciência e cultura no rumo da capacidade humana. Espera-se uma escola na qual o jovem reconheça um passaporte válido para a vida adulta, que ele percebe competitiva e, de certo modo, assustadora. Uma escola com identidade consolidada, cujo encanto seja a aprendizagem significativa dos códigos de modernidade, em um permanente diálogo com as culturas juvenis. Para tanto, não bastam mudanças epidérmicas para imprimir no Ensino Médio a marca de estação de amadurecimento biológico, intelectual, psicológico, social e político, em outros termos, um ambiente de desenvolvimento da cidadania. Se as culturas juvenis, apreciamos-las ou não, se formaram, precisam ser reconhecidas para estabelecer pontes e enlaces. É perigoso construir uma ponte sem conhecer bem os terrenos das duas margens e do leito do rio (ver UNESCO, 2003).⁴³

NOTAS

¹ Trabalho integrante do Programa de Pesquisas da Cátedra Unesco de Juventude, Educação e Sociedade da Universidade Católica de Brasília. Todos os coautores integram a referida cátedra.

² UNESCO. Institute of Statistics. **Table 1:** education systems. Disponível em: <<http://stats.uis.unesco.org/unesco/TableViewer/tableView.aspx?ReportId=163>>. Acesso em: 31 ago. 2010.

³ BRASIL. Presidência da República. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm>. Acesso em: 31 ago. 2010.

⁴ MIRANDA, P. de. **Comentários à Constituição de 1967; com a Emenda nº 1, de 1969.** 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1972. t. 6, arts. 160-200.

⁵ NERI, M. C. O paradoxo da evasão e as motivações dos sem escola. VELOSO, F. et al. (Org.). **Educação básica no Brasil: construindo o país do futuro.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 25-50.

⁶ POMPEIA, R. **O ateneu.** Rio de Janeiro, 1888. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000005.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2011.

⁷ TEIXEIRA, A. S. **Educação no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Nacional, 1976.

⁸ GOMES, C. A. et al. **O Ensino Médio no Brasil ou a história do patinho feio recontada.** Brasília: Universa/Unesco, 2000.

⁹ U.S. DEPARTMENT OF EDUCATION. Institute of Education Sciences. **Digest of education statistics.** Table 33. Historical summary of public elementary and secondary school statistics: selected years, 1869-70 through 2006-07. Disponível em: <http://nces.ed.gov/programs/digest/d09/tables/dt09_033.asp?referrer=list>. Acesso em: 31 ago. 2010.

¹⁰ SAVAGE, J. **A criação da juventude: como o conceito de *teenage* revolucionou o século XX.** Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

¹¹ COLEMAN, J. S. **The adolescent society: the social life of the teenager and its impact on education.** Nova Iorque: The Free Press of Glencoe, 1963.

¹² GOMES, C. A. **A educação em novas perspectivas sociológicas.** 4. ed. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 2005.

¹³ GALLAND, O. **Sociologie de la jeunesse.** Paris: Armand Colin, 1997.

¹⁴ GALLAND, O. Adolescence, post-adolescence, jeunesse: retour sur quelques interprétations. **Revue Française de Sociologie,** Paris, v. 42, n. 4, p. 611-640, out./dez. 2001. Disponível em: <http://www.crest.fr/ckfinder/userfiles/files/Pageperso/galland/galland_fichiers/ado_postado_vf.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2011.

¹⁵ WOOD, R. T. **Straightedge youth: complexity and contradictions of a subculture.** Syracuse, NY: Syracuse University Press, 2006.

¹⁶ GALLAND, O. Op. cit., 2001.

¹⁷ GOMES, C. A. A inflação da adolescência. In: AMPARO, D. M. do et al. (Org.). **Adolescência e violência: teorias e práticas nos campos clínico, educacional e jurídico.** Brasília: Liber Livro/UnB, 2010. p. 125-148.

¹⁸ DORE, R. **The diploma disease: education, qualification and development.** Berkeley: University of California Press, 1976.

¹⁹ COLLINS, R. **The credential society: an historical sociology of education and stratification.** Nova Iorque: Academic, 1979.

²⁰ DURU-BELLAT, M. **L'inflation scolaire: les désillusions de la méritocratie.** Paris: Seuil, 2006.

²¹ GOMES, C. Op. cit., 2005.

²² PEUGNY, C. **Le déclassement.** Paris: Grasset, 2009.

²³ FOSTER, P. J. The vocational school fallacy in development planning. In: KARABEL, J.; HALSEY, A. H. (Orgs.). **Power and ideology in education.** Nova Iorque: Oxford University Press, 1978. p. 356-366.

